

**NOTA**

---

**Assunto:**       **Síntese da sessão plenária**  
                  **– Bruxelas, 20 e 21 de Janeiro de 2003**

---

**I.    ABERTURA DA SESSÃO**

O Presidente Giscard D'Estaing abriu a sessão plenária da Convenção recordando que o Praesidium está a trabalhar sobre um primeiro grupo de artigos do projecto de tratado constitucional e espera poder em breve apresentá-los como proposta à Convenção. Além disso, está a proceder-se a uma análise e categorização dos artigos de tratado existentes, para clarificar se e em que medida carecem de alteração. Tal deverá permitir ao Praesidium preparar um mandato para o grupo dos peritos jurídicos das três instituições que começaria o seu trabalho pelos artigos que exigem apenas alterações técnicas, com vista a apresentar projectos de redacção à Convenção.

- 1.    Funcionamento das instituições (documento CONV 477/03)**
2.    O presidente abriu o debate sobre o funcionamento das instituições recordando os dois motivos para abordar a questão: o efeito do aumento em número dos Estados-Membros após o próximo alargamento, e a exigência de adaptar as instituições para lhes permitir responder adequadamente aos desafios dos novos objectivos de política, como a política externa, de defesa, de segurança interna e de justiça.

3. A abordagem das questões institucionais depende da natureza futura da União Europeia. Há que avançar gradualmente para estruturas mais federais, ou deverá ela continuar a basear-se num sistema misto, com um elemento confederal para as questões ainda regidas pela cooperação entre os Estados-Membros, e um sistema federal para as competências geridas a nível da União? A Convenção deve estudar:

- se os papéis respectivos das Instituições estão adequadamente definidos, e se a sua responsabilização é clara;
- se as instituições funcionam, e se no futuro funcionarão satisfatoriamente. Dão resposta oportuna e eficaz aos problemas?
- deverão ser alterados as suas estruturas e o método de nomeação? Em caso afirmativo, como?

As disparidades existentes entre as populações dos Estados-Membros fazem com que seja especialmente difícil encontrar o correcto equilíbrio entre as exigências paralelas de igualdade entre cidadãos e igualdade entre os Estados.

4. O debate que se seguiu centrou-se nomeadamente sobre o funcionamento do Conselho Europeu e do Conselho, embora algumas intervenções abordassem igualmente a questão da Comissão e, em menor grau, do Parlamento. Um pequeno número de oradores referiu igualmente o Tribunal de Justiça.

5. Muitos oradores introduziram os seus comentários sobre cada instituição com manifestações de apoio a alguns dos princípios básicos que consideraram dever estear o debate. Muitos deles sublinharam a necessidade de manter um equilíbrio entre os poderes das três instituições principais. Muitos pediram um reforço por igual das instituições, a fim de lhes permitir funcionar mais eficazmente, e com maior transparência e responsabilização. Alguns sublinharam que importa assegurar que todos os novos arranjos institucionais respeitem inteiramente o princípio da igualdade entre os Estados-Membros. Outros referiram igualmente a igualdade entre cidadãos e a necessidade de continuar a respeitar ambos os princípios. Vários, ainda, consideraram necessário tornar as instituições mais directamente relevantes para os cidadãos da Europa. Houve igualmente um apelo para que se mantivesse "o método comunitário", que tão útil foi à União Europeia. Alguns membros da Convenção afirmaram

não considerar que a reforma institucional exige a criação de novas instituições. Diversos oradores apelaram para a adopção de novas disposições que confirmem adequado reconhecimento ao papel dos Parlamentos nacionais. Foi sugerido nomeadamente que se reforçasse o mecanismo proposto de alerta rápido em matéria de subsidiariedade.

6. Quanto ao Conselho Europeu, houve acordo generalizado de que deve manter o seu papel estratégico que consiste em imprimir uma dinâmica à União Europeia, nomeadamente na área da acção externa. Diversos membros da Convenção consideraram que o Tratado Constitucional deve conter uma definição mais clara do papel e funções do Conselho Europeu. Alguns intervenientes sublinharam que o seu papel de coordenação geral não deve conduzi-lo a assumir tarefas que são antes da competência dos Conselhos sectoriais, e que deve nomeadamente evitar-se na medida do possível a sua utilização como câmara de recurso para questões não resolvidas a nível do Conselho.
7. Diversos membros da Convenção, com apoio de alguns dos seus pares, propuseram que a Presidência rotativa do Conselho Europeu seja substituída por um presidente a tempo inteiro mais permanente, eleito (segundo alguns por maioria qualificada) por um mandato de cinco anos, ou de dois anos e meios renovável. O presidente preencheria a dupla função de preparação, presidência e supervisão do seguimento das reuniões do Conselho Europeu, e de representação da União Europeia internacionalmente ao mais alto nível, sem prejuízo das competências da Comissão e do seu presidente. Um grande número de oradores opôs-se a esta proposta, ou afirmou que levantava algumas questões sérias que carecem de esclarecimento. Alguns deles consideraram que a criação de um cargo permanente geraria confusão quanto aos papéis respectivos do Conselho Europeu e da Comissão, ou no pior dos casos institucionalizaria a rivalidade entre ambos. Alguns ainda, questionaram a legalidade e a responsabilização democráticas de tal cargo com poderes potencialmente muito extensos; vários perguntaram o grau e tipo de apoio administrativo que seria exigido; e houve também quem considerasse haver a possibilidade de criar um único cargo que combinaria a Presidência do Conselho Europeu e da Comissão. Diversos outros intervenientes, não rejeitando embora a proposta, apelaram para que se definissem as tarefas a ser desenvolvidas por um presidente permanente do Conselho Europeu (questão rigorosamente associada ao papel do próprio Conselho Europeu); o cargo preencheria essencialmente uma função administrativa, destinava-se a assegurar a liderança política quotidiana, ou visava essencialmente assegurar a continuidade de direcção estratégica?

8. Quanto ao Conselho, alguns oradores manifestaram-se a favor de manter a rotação semestral da Presidência. Chamaram a atenção para o valor do sistema tanto no que toca ao facto de dar a todos os Estados-Membros, grandes e pequenos, uma igualdade de acesso à função da Presidência, como no que respeita à visibilidade que confere à União Europeia a nível nacional. Sugeriu-se que a manutenção do sistema actual poderia ser combinada com uma melhor programação plurianual a fim de imprimir uma maior continuidade ao sistema. Um orador sugeriu que o papel da Presidência tinha-se tornado difícil porque assumiu tarefas que caberiam mais propriamente à Comissão.
9. Outros consideraram que a Presidência rotativa actual já mostrou as suas limitações e não poderia funcionar eficazmente numa União alargada. Foram apresentadas várias sugestões de sistemas alternativos, nomeadamente: a partilha de responsabilidades da Presidência através de um sistema "de equipa" numa base rotativa, manutenção de uma Presidência rotativa nuclear para o Conselho Europeu, o Conselho dos Assuntos Gerais e o COREPER, eleição dos presidentes das formações individuais do Conselho, alargamento do papel do Secretário-Geral do Conselho e do seu pessoal, assunção da Presidência do Conselho dos Assuntos Gerais pelo presidente da Comissão, ou várias combinações destas diferentes propostas. Alguns dos intervenientes que apoiam uma mudança relativamente à actual Presidência rotativa sublinharam que qualquer novo sistema se deverá basear no princípio da igualdade dos Estados-Membros; outros deles especificaram a necessidade de qualquer novo sistema manter sempre um elemento de rotatividade.
10. Houve amplo apoio à criação de um Conselho legislativo que assumiria a responsabilidade plena pela análise das propostas legislativas e que se reuniria em sessão pública. Foi também mencionada a importância do papel do Conselho dos Assuntos Gerais na preparação do trabalho do Conselho Europeu. Verificou-se igualmente um amplo apoio à criação de um Conselho dos Negócios Estrangeiros, presidido pelo responsável pela PESC. Alguns oradores consideraram que este cargo deve passar a ser o de Ministro dos Negócios Estrangeiros europeu; muitos intervenientes consideram que pode assumir as funções existentes do Alto Representante e do Comissário responsável pelas relações externas; tendo certos oradores afirmado que devem ser aprofundadas as implicações institucionais desta proposta.

11. Muitos intervenientes consideraram que o Conselho apenas poderia funcionar eficazmente numa União alargada se a votação por maioria qualificada passasse a ser a regra. Para alguns deles, tal aplica-se também à PESC. Outros consideram que o acordo sobre a ponderação dos votos constante do Tratado de Nice é insustentável e deve ser substituído por um sistema de dupla maioria (maioria dos Estados-Membros e maioria dos cidadãos), que seria simples e estável. Foi igualmente sugerido que numa União alargada seria necessário um maior recurso à cooperação reforçada e à abstenção construtiva.
12. Quanto à Comissão, verificou-se amplo consenso a favor da preservação, no triângulo institucional, de uma Comissão forte, com o seu sistema colegial original, actuando em total independência da influência nacional, a fim de promover o interesse geral da União.
13. Foi generalizadamente reconhecido que a Comissão deve gozar de uma forte legitimidade democrática, sendo especialmente importante o processo de escolha do seu presidente. Muitos oradores reconheceram que, tal como actualmente, tanto os chefes de Estado e Governo como o Parlamento Europeu devem participar no processo. Contudo, alguns deles advogaram além disso que se estabelecesse um nexos com o resultado das eleições para o Parlamento Europeu, o que, na sua opinião, reforçaria o interesse por estas e ao mesmo tempo a autoridade da Comissão.
14. Para alguns oradores que defendem tal abordagem, bastará exigir que o Conselho aguarde o resultado das eleições e o tome em consideração na designação de um candidato. Muitos outros pretendem ir mais longe, sugerindo uma inversão da ordem de intervenção das duas instituições: isto é, prevendo primeiro um voto no Parlamento (foi utilizada a termo "eleição do presidente pelo Parlamento"), com posterior confirmação pelo Conselho da pessoa assim designada. Alguns membros de Convenção pretendem uma maioria de 3/5 ou 2/3 no Parlamento a fim de que a Comissão e o seu presidente fiquem acima das rivalidades partidárias. Outros apoiaram uma maioria absoluta, argumentando que a exigência de limiares mais altos conduziria a um processo de selecção não transparente e colocaria o Parlamento numa situação mais difícil do que a actual. Diversas intervenções incluíam a sugestão de que o Parlamento deve eleger um candidato de entre um número limitado proposto pelo Conselho.

15. Alguns oradores argumentaram que o presidente deve ser eleito por um colégio eleitoral composto por parlamentares europeus e nacionais, ou por sufrágio directo universal à escala da União. Outros deles recomendaram a manutenção do procedimento de designação actual, advertindo contra uma "politização" da Comissão. Foi sugerido em resposta que a Comissão é já uma instituição política e que fazer eleger o seu presidente por uma maioria parlamentar não conduziria necessariamente a um colégio com uma polarização política partidária.
16. Diversos oradores argumentaram igualmente que a base de legitimidade da Comissão seria reforçada se o Conselho, e não só o Parlamento, tivesse o direito de censurar a Comissão, a qual assim se tornaria responsável perante os Estados e os povos.
17. Relativamente à composição da Comissão, muitos oradores consideram adequado que, como previsto no Tratado de Nice, o próximo colégio seja constituído por um Comissário por Estado-Membro, o que coadjuvaria a Comissão na gestão do processo de integração dos novos Estados-Membros, e ajudaria estes últimos a familiarizar-se com os processos da União. Embora alguns oradores desejem manter um Comissário por Estado-Membro a mais longo prazo, outros consideram que um colégio mais restrito introduzido na devida altura poderia ser preferível no interesse da eficiência e da independência; um grande colégio que reproduza a composição exacta do Conselho poderá vir a ficar dominado pelos interesses nacionais, e a percepção da "renacionalização" da Comissão poderá prejudicar a aceitação a nível dos Estados-Membros da independência e autoridade das suas decisões e propostas. As propostas alternativas para uma Comissão de menor dimensão centravam-se numa rotação, em pé de igualdade entre os Estados-Membros, do direito de designar um Comissário, ou na possibilidade de dar ao presidente designado da Comissão o direito de – sob reserva de confirmação do Conselho – escolher a sua equipa com base no mérito, atendendo devidamente a um equilíbrio geográfico e político de base. Mais em geral, foi defendido que o presidente designado deve ter uma maior participação na selecção dos Comissários.
18. Quanto ao funcionamento interno da Comissão, algumas intervenções referiram a necessidade de o seu presidente dispor de poderes amplos. Entre os pontos mencionados, refira-se a competência de orientação das políticas ("Richtlinienkompetenz"), o direito de afastar um membro de Comissão que tenha perdido a sua confiança, e o poder de redistribuir os

pelouros dos diferentes Comissários e de estruturar o colégio mediante a criação de grupos de Comissários dirigidos por vice-presidentes (nomeados por ele), que ficariam encarregados de grandes áreas de política e tomariam decisões em nome do colégio. Diversos oradores argumentaram que tais medidas contribuiriam para assegurar a eficiência de um grande colégio. Outros, contudo, sublinharam que importa proteger o princípio da colegialidade entre os membros da Comissão.

19. Foi sublinhado por muitos oradores que as funções e poderes básicos da Comissão devem ser reforçados, sem, contudo, socavar as funções das outras duas instituições. Foi nomeadamente referido que a Comissão deve desempenhar um papel pleno nos domínios da liberdade, da segurança e da justiça, que deve ser reforçada a sua função de guardiã do direito da União assim como de implementação da legislação (alguns oradores mencionaram a possibilidade de simplificar os procedimentos de comitologia e de se introduzirem actos delegados), e que deve continuar a gozar do direito exclusivo de iniciativa legislativa. Diversos oradores sublinharam que a Comissão deve continuar a ser a única administração operacional a nível da União.
20. Registou-se um amplo apoio para fazer do Parlamento Europeu um co-legislador de pleno direito mediante alargamento ou generalização do procedimento de co-decisão. Alguns membros defenderam igualmente que se dessem poderes orçamentais plenos ao PE pela abolição da distinção entre despesas obrigatórias e não obrigatórias.
21. Diversos oradores sugeriram que o procedimento eleitoral do Parlamento fosse alterado, a fim de suscitar um contacto mais próximo entre os deputados europeus e os cidadãos, tendo-se aludido neste aspecto à necessidade de circunscrições de menor dimensão, de listas regionais e de regras de incompatibilidade mais estritas. Alguns oradores abordaram a composição do Parlamento, apelando por exemplo para uma redução do número de assentos.
22. Diversos membros levantaram a questão de saber se há que prever a possibilidade de dissolução do Parlamento, e em caso afirmativo, em que circunstâncias.

23. Alguns oradores referiram que, numa União baseada no Estado de direito, importa reforçar o Tribunal de Justiça, por forma a dar-lhe a possibilidade de manter a qualidade da sua jurisprudência e permitir-lhe fazer face ao crescente volume de trabalho resultante do alargamento e das recomendações formuladas pela Convenção. Poucos oradores apresentaram propostas pormenorizadas sobre o modo de reforçar o Tribunal, embora alguns tenham sugerido reformar o processo de nomeação dos juízes, um reforço do pessoal e dos recursos do Tribunal (e do Tribunal de Primeira Instância), e uma simplificação e aceleração dos processos pelos quais o Tribunal pode impor multas aos Estados-Membros em caso de infracção.
24. Resumindo o debate, o Presidente considerou importante evitar a auto-satisfação. Afirmou que a Convenção foi criada porque tinham sido identificados problemas reais, incluindo a nível da opinião pública, como o comprova a reduzida participação nas eleições para o Parlamento Europeu. A Convenção falhará se preferir o statu quo à apresentação de soluções. Há que ser corajoso e imaginativo.
25. Referiu que da discussão ressaltaram alguns princípios. A Convenção é favorável a um sistema misto, combinando elementos federais e confederais, tendo-se registado consenso no sentido de reforçar todas as instituições e melhorar a sua eficiência, mas por forma que mantenha o equilíbrio institucional. Muitos intervenientes sublinharam a importância de uma acrescida transparência e responsabilização democrática, tendo-se também verificado um forte apoio à ideia de assegurar a igualdade entre os Estados-Membros.
26. Acrescentou que é necessário prosseguir os trabalhos sobre certas questões específicas e que, nomeadamente, haverá que ponderar as alternativas ao sistema actual da Presidência rotativa do Conselho, mas que foram levantadas dúvidas quanto à sugestão de o Conselho Europeu se transformar numa Presidência a tempo inteiro mais permanente. Foram levantadas questões sobre o seu papel e o processo de escolha, tendo ficado claro que terão de ser estudados, e que o papel do Conselho Europeu terá de ser correctamente definido. A ideia de criação de uma sessão legislativa pública do Conselho recebeu grande apoio, havendo que estudar as suas implicações, assim como o papel futuro do Conselho dos Assuntos Gerais. Haverá que reflectir mais aprofundadamente sobre a questão da votação por maioria qualificada: em particular qual deverá ser a base de um eventual novo sistema?



27. Do mesmo modo, haverá que ponderar em mais pormenor o papel e as tarefas futuros do Ministro Europeu dos Negócios Estrangeiros. No que toca à Comissão, muitos intervenientes manifestaram-se a favor da manutenção de um Comissário por cada Estado-membro. Alguns oradores consideram que tal é necessário a curto prazo, mas pensam que haverá que encontrar oportunamente uma alternativa mais propícia à eficiência. É necessário prosseguir os trabalhos sobre as diferentes opções, assim como sobre a questão dos processos de escolha do presidente da Comissão.
28. Disse ainda que a sessão mostrou claramente a necessidade de prosseguir a reflexão e o debate: a sessão deu início ao debate, não o concluiu; e o Praesidium reflectirá sobre o assunto. Os membros da Convenção poderão entretanto enviar as suas contribuições escritas, nomeadamente sobre as questões que não abordaram nas suas intervenções. Uma dessas questões, insuficientemente analisada, é a forma de reforçar o Tribunal Europeu de Justiça, questão que é vital para o funcionamento futuro da União. O presidente sugeriu por conseguinte que se criasse um pequeno "círculo de reflexão" para examinar as questões referentes ao funcionamento do Tribunal no contexto do alargamento. Poderia ser presidido por um membro do Praesidium, e apresentaria relatório à Convenção. Deverá ser tão representativo quanto possível da Convenção no seu conjunto.

## **2. Período de perguntas**

29. Não houve perguntas.

## **II. PRÓXIMA REUNIÃO DA CONVENÇÃO**

30. O presidente anunciou que a próxima reunião da Convenção terá lugar na tarde de quinta-feira 6 de Fevereiro e na manhã de sexta-feira 7 de Fevereiro. Será consagrada a uma discussão sobre o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Europa social, e a um debate sobre as questões regionais.

**Sessão plenária de 20/21 de Janeiro de 2003**

**LISTA DOS ORADORES**

**Segundo a ordem das intervenções**

**1. Funcionamento das instituições (documento CONV 477/03)**

Valéry GISCARD d'ESTAING – Presidente  
Gijs DE VRIES – Países Baixos (governo)  
Andrew DUFF – Parlamento Europeu  
Hubert HAENEL – França (Parlamento)  
Sandra KALNIETE – Letónia (governo)  
Lamberto DINI – Itália (Parlamento)  
António VITORINO – Comissão  
Giuliano AMATO – Vice-Presidente  
Peter HAIN – Reino Unido (governo)  
Alain LAMASSOURE – Parlamento Europeu  
Dimitrij RUPEL – Eslovénia (governo)  
Elmar BROK – Parlamento Europeu  
Louis MICHEL – Bélgica (governo)  
Jozef OLEKSY – Polónia (Parlamento)  
Timothy KIRKHOPE – Parlamento Europeu  
Karel DE GUCHT – Bélgica (Parlamento)  
Tunne KELAM – Estónia (Parlamento)  
René van der LINDEN – Países Baixos (Parlamento)  
*(cartões azuis: Einem, Heathcoat-Amory, MacLennan, Costa, Bösch)*  
Georges KATIFORIS – Grécia (governo)  
Kimmo KILJUNEN – Finlândia (Parlamento)  
Peter ECKSTEIN-KOVACS – Roménia (Parlamento)  
John BRUTON – Irlanda (Parlamento)  
Peter BALÁZS – Hungria (governo)  
Proisias DE ROSSA – Irlanda (Parlamento)  
Teija TIILIKAINEN – Finlândia (governo)  
Aloiz PETERLE – Eslovénia (Parlamento)  
Marco FOLLINI – Itália (Parlamento)  
Danuta HÜBNER – Polónia (governo)  
Peter SKAARUP – Dinamarca (Parlamento)  
Maria Eduarda AZEVEDO – Portugal (Parlamento)  
Erwin TEUFEL – Alemanha (Parlamento)  
Michael ATTALIDES – Chipre (governo)  
Henrik HOLOLEI – Estónia (governo)  
Hanja MAIJ-WEGGEN – Parlamento Europeu  
Henrik DAM KRISTENSEN – Dinamarca (Parlamento)  
Dick ROCHE – Irlanda (governo)  
Johannes VOGGENHUBER – Parlamento Europeu  
Peter SERRACINO-INGLOTT – Malta (governo)  
Reinhard RACK – Parlamento Europeu

Puiu HASOTTI – Roménia (Parlamento)  
(*cartões azuis: Muscardini, Speroni*)  
Jens-Peter BONDE – Parlamento Europeu  
Jacques SANTER – Luxemburgo (governo)  
Hannes FARNLEITNER – Áustria (governo)  
Lena Hjelm-WALLÉN – Suécia (governo)  
Guntars KRASTS – Letónia – Parlamento  
Manfred DAMMEYER – (Comité das Regiões)  
George JACOBS – Parceiros Sociais europeus  
Maria BERGER – Parlamento Europeu  
Algirdas GRICIUS – Lituânia (Parlamento)  
Rytis MARTIKONIS – Lituânia (governo)  
Ernâni LOPES – Portugal (governo)  
Ben FAYOT – Luxemburgo (Parlamento)  
Göran LENNMARKER – Suécia (Parlamento)  
Zekeriya AKCAM – Turquia (Parlamento)  
(*cartões azuis: Carnero, Maij-Weggen*)

*Terça-feira, 21 de Janeiro de 2003*

## **2. Continuação do debate sobre o funcionamento das instituições (documento CONV 477/03)**

Klaus HÄNSCH – Parlamento Europeu  
Josep BORRELL FONTELLES – Espanha (Parlamento)  
Gisela STUART – Reino Unido (Parlamento)  
Henning CHRISTOPHERSEN – Dinamarca (governo)  
Anne VAN LANCKER – Parlamento Europeu  
Jürgen MEYER – Alemanha (Parlamento)  
Michel BARNIER – Comissão  
Gianfranco FINI – Itália (governo)  
Pierre LEQUILLIER – França (Parlamento)  
Luís MARINHO – Parlamento Europeu  
Olivier DUHAMEL – Parlamento Europeu  
Ana PALACIO – Espanha (governo)  
Sören LEKBERG – Suécia (Parlamento)  
Joschka FISCHER – Alemanha (governo)  
Dominique de VILLEPIN – França (governo)  
Edmund WITTBRODT – Polónia (Parlamento)  
Jan KOHOUT – a república checa (governo)  
(*cartões azuis: Karins, Hjelm-Wallén, Hain, d'Oliveira Martins, Demetriou*)  
Michael FRENDÓ – Malta (Parlamento)  
David HEATHCOAT-AMORY – Reino Unido (Parlamento)  
Kemal DERVIS – Turquia (Parlamento)  
Gabriel CISNEROS – Espanha (Parlamento)  
Ivan KORCOK – a república eslovaca (governo)  
Antonio TAJANI – Parlamento Europeu  
William ABITBOL – Parlamento Europeu  
(*cartões azuis: Tiilikainen, Tomlinson, Speroni, Rack*)  
Marietta GIANNAKOU – Grécia (Parlamento)  
Pat CAREY – Irlanda (Parlamento)  
Esko SEPPÄNEN – Parlamento Europeu

Oguz DEMIRALP – Turquia (governo)  
Matti VANHANEN – Finlândia (Parlamento)  
John GORMLEY – Irlanda (Parlamento)  
*(cartões azuis: Brok, Duff, Lamassoure, Paciotti)*  
Cristiana MUSCARDINI – Parlamento Europeu  
Vytenis ANDRIUKAITIS – Lituânia (Parlamento)  
Reinhard BÖSCH – Áustria (Parlamento)  
Alberto COSTA – Portugal (Parlamento)  
*(cartões azuis: Maij-Weggen., Lennmarker, Peterle, Voggenhuber, Palacio, Kiljunen)*

---